

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

REFLEXÃO E PRÁTICA NA METODOLOGIA DOS PROFESSORES DO ENSINO
FUNDAMENTAL NO COTIDIANO DA ESCOLA PADRE JOSÉ DE ANCHIETA
EM SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA - PARÁ



Pôr-do-sol de São Sebastião da Boa Vista (2016). Foto: Zelinda Rodrigues.

Zelinda Duarte Rodrigues
David Rodrigues Brabo

Zelinda Duarte Rodrigues
David Rodrigues Brabo

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

REFLEXÃO E PRÁTICA NA METODOLOGIA DOS PROFESSORES DO ENSINO
FUNDAMENTAL NO COTIDIANO DA ESCOLA PADRE JOSÉ DE ANCHIETA EM
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA - PARÁ

Editora Itacaiúnas
Ananindeua – PA
2018

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

REFLEXÃO E PRÁTICA NA METODOLOGIA DOS PROFESSORES DO ENSINO
FUNDAMENTAL NO COTIDIANO DA ESCOLA PADRE JOSÉ DE ANCHIETA
EM SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA - PARÁ



Pôr-do-sol de São Sebastião da Boa Vista (2016). Foto: Zelinda Rodrigues.

Zelinda Duarte Rodrigues
David Rodrigues Brabo

© 2018 by Zelinda Duarte Rodrigues e David Rodrigues Brabo
Todos os direitos reservados.

Capa e editoração eletrônica

Editora Itacaiúnas

(Foto de capa: Zelinda Duarte Rodrigues)

Conselho editorial Editorial

Colaboradores:

João Santos Nahum, Viviane Corrêa Santos,

Márcia Aparecida da Silva Pimentel,

Josimar dos Santos Medeiros e

Luis Fernando Cardoso e Cardoso

Editor de publicações

Walter Luiz Jardim Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696e

Rodrigues, Zelinda Duarte; Brabo, David Rodrigues

Educação ambiental: reflexão e prática na metodologia dos professores do ensino fundamental no cotidiano da Escola Padre José de Anchieta em São Sebastião da Boa Vista - Pará [e-book] / Zelinda Duarte Rodrigues e David Rodrigues Brabo. 1.ed. – Ananindeua: Itacaiúnas, 2018.

53p.: il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-9535-088-5

1. Educação ambiental 2. Metodologia. 3. Cotidiano. I. Título.

CDD- 372.357072

O CONTEÚDO DESTA OBRA, INCLUSIVE SUA REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL, É DE RESPONSABILIDADE DE SEUS RESPECTIVOS AUTORES, DETENTORES DOS DIREITOS AUTORAIS.

Esta obra foi publicada pela Editora Itacaiúnas em: novembro de 2018.

Dedico este trabalho aos meus filhos, David Rodrigues Brabo, Gustavo Rodrigues Brabo e Nina Rodrigues Brabo, minhas eternas crianças, razões da minha vida e a força que me impulsiona a enfrentar os obstáculos da vida. A minha vitória também é de vocês meus amores.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força de seu infinito amor que me proporcionou a vida, me deu coragem e mostrou-me o verdadeiro caminho a seguir.

Ao meu pai querido e amado Lindeval Walter Rodrigues que, mesmo não pertencendo mais a este mundo, nunca será esquecido.

À minha mãe, Alsenia Duarte Rodrigues, que sempre me apoiou em todos os momentos da minha vida.

Aos meus filhos, David Rodrigues Brabo, Gustavo Rodrigues Brabo e Nina Rodrigues Brabo, obrigada meus amores por compreender e aceitar a minha ausência nesses momentos de estudo.

Em especial, a meu esposo José Augusto Faria Brabo, que sempre me acompanhou, em todos os momentos de minha vida, me apoiando e incentivando.

Aos professores que aceitaram compor a minha equipe de apoio Rosane de Sousa Matos, Francisco Miguel da Silva de Oliveira e Sandro Maciel Barreto Santana, os quais no decorrer do curso, contribuíram com seus conhecimentos.

Aos professores que nos acompanharam por meio de suas disciplinas no decorrer do curso e em especial meu agradecimento a Professora Dayana que sempre me socorreu nas dificuldades.

A professora Socorro Rabbett que, apesar das dificuldades ocasionadas pela distância, me orientou, deixando claro a importância da seriedade na construção deste trabalho.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Art. 225, da Constituição Federal).

RESUMO

A Educação Ambiental vem permeando por todas as esferas da sociedade, propondo mudança de atitudes no comportamento do sujeito em relação à melhoria da qualidade de vida. Dentro desse contexto se discute na área educacional a educação ambiental como tema transversal no currículo das escolas, de forma interdisciplinar. Partindo dessa discussão objetiva-se analisar o trabalho desenvolvido pelos professores do 6º ano no Ensino fundamental maior, assim como, a participação do corpo técnico da escola sobre a inclusão da Educação Ambiental nas disciplinas, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José de Anchieta. Para embasar este estudo buscamos apoio em alguns teóricos: A Educação Ambiental Cuba (1998); Espírito Santo (2005); Rodrigues (2008); a Prática Pedagógica Franco (2012); Freire (2000) e Transversalidade PCNs (2005); Lei (9795/99), entre outros que se encontram fundamentando o texto. A metodologia utilizada será o estudo de caso dentro da abordagem qualitativa e para a obtenção dos dados utilizou-se a técnica do questionário, com perguntas fechadas e de múltipla escolha. Os sujeitos da pesquisa foram os professores do 6º ano do turno da manhã e a coordenadora pedagógica deste horário, que atuam na referida escola. A análise do estudo afirma que a Educação Ambiental faz parte da prática dos professores, entretanto ainda de forma não tão consistente, a qual é constatada, que em parte é por resistência de alguns professores e outras por falta de conhecimento e formação continuada dos mesmos.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
2. OBJETIVOS.....	15
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
4. LOCAL DA PESQUISA E A ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	25
5. RESULTADO E DISCUSSÃO	34
6. CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE.....	52

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa intitulada Educação Ambiental: Reflexão e Prática na metodologia dos Professores do Ensino Fundamental no Cotidiano da Escola Padre José de Anchieta São Sebastião da Boa Vista/ Pará, tem como objetivo analisar o trabalho desenvolvido nos 6º Anos do Ensino Fundamental pelos professores, assim como, a participação do corpo técnico da escola sobre a inclusão da Educação Ambiental nas disciplinas, uma vez que, de acordo com a legislação e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacional) da Educação Ambiental deve ser incluída de forma interdisciplinar no ensino formal.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José de Anchieta, a qual está localizada na avenida das acácias, s/n, bairro Aeroporto, no município de São Sebastião da Boa Vista/ Pará.

A Educação Ambiental (EA) é formada por um conjunto de ações que buscam soluções aos problemas ambientais, as quais se desenvolvem através de uma base interdisciplinar e com visão transversal, exigindo a participação ativa e responsável de cada sujeito da sociedade; ela surge não como aquela que vai salvar o planeta, mas com a prática diária de orientação para ajudar na resolução de problemas do meio ambiente, como ações efetivas e de qualidade. Diante disso, esta pesquisa procura destacar como problemática a seguinte questão: os professores da Escola Padre José de Anchieta desenvolvem a prática cotidiana de educação ambiental?

Para a presente monografia foram levantadas as seguintes hipóteses: Diante do que rege a Política Nacional de EA e as Diretrizes Curriculares Nacionais de EA acredita-se que Educação Ambiental esta inserida no Projeto Político Pedagógico (PPP) da E. M. E. F. Padre José de Anchieta. É possível perceber que a escola após o recreio, especialmente em seus arredores, diariamente fica toda suja de lixo (embalagens, copos descartáveis, resto de merendas e outros), mesmo diante de lixeiros espalhados pelo pátio, diante da observação, constata-se que se a escola trabalhasse algum projeto voltado para EA, ainda não seria o bastante.

Este trabalho está ancorado em três categorias: A Educação Ambiental Cuba (1998); Espirito Santo (2005); Rodrigues (2008): a Prática Pedagógica Franco (2012); Freire (2000) e Transversalidade PCNs (2005); Lei (9795/99). Os dados foram coletados por meio de questionário, com perguntas fechadas e de múltipla escolha. Os resultados da pesquisa foram

obtidos a partir de análises de dados. Os sujeitos dessa pesquisa foram os professores do 6º ano do turno da manhã e uma coordenadora pedagógica.

Para tanto, principia-se, no Capítulo 1, a apresentação de uma breve introdução do assunto que será abordado; No Capítulo 2 far-se-á um breve retrospecto do surgimento da Educação Ambiental, as principais Conferências ocorridas no Mundo, no Brasil e nas escolas, as quais foram executadas com objetivos de discutir os problemas ambientais e criar metas para alcançá-los em uma maior proporcionalidade, qual seja a busca de soluções para os problemas que afligem a vida do homem no Planeta Terra; O Capítulo 3 tratará da análise dos resultados e discussões, o qual discorrerá, em dois momentos, o seguinte assunto: O Planejamento Escolar Visando à Educação Ambiental no Contexto da Escola Padre José de Anchieta.

Este trabalho deverá atender os objetivos propostos, assim como, responderá os seguintes questionamentos: Será que a Educação Ambiental esta inserida no PPP da Escola? É trabalhada a Educação Ambiental no ensino fundamental? De que forma? Existe algum projeto sugerido pela equipe pedagógica da escola voltada para educação ambiental? Diante das respostas deste trabalho, esperamos contribuir com futuras pesquisas nesta temática.

O interesse em desenvolver essa pesquisa se justifica por se tratar de uma questão relevante, que interessa a todas as pessoas e seguimentos da sociedade. É preocupante e inquietante o rumo que o ser humano está dando ao Planeta Terra e mais ainda porque não há uma preocupação em massa da população em cuidar, preservar ou reconstruir o que já foi destruído na natureza. Percebe-se que para sanar ou amenizar essa situação, a educação ambiental é o caminho ideal, porém pouco desenvolvida nas escolas. Embora hajam atividades relacionadas com a preservação do meio ambiente, infelizmente a sociedade atual é consumista, onde o capitalismo é a forma de vida e principalmente quanto mais o ser humano tem, mais ele quer.

Como sujeitos da pesquisa, contamos com dois seguimentos, sendo dose professores (sete homens e cinco mulheres) e uma coordenadora pedagógica, todos com formação em nível superior, nas disciplinas específicas que ministram, assim como a coordenadora pedagógica na função em que atua.

Os princípios norteadores da Educação Ambiental se associam em um grande propósito, que é levar o educando a compreensão do meio ambiente na sua totalidade, fazendo com que se reconheça como parte do mesmo e que aprenda a preservá-lo não somente para si, mas também para as presentes e as futuras gerações, mas para que isso aconteça o assunto deve ser abordado e trabalhado nas várias formas de educação.

A escola, como espaço privilegiado que é, deve proporcionar uma educação de maneira eficaz, contínua e permanente que venha contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do planeta e os exercícios pedagógicos, sem dúvida nenhuma, são as práticas sociais exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos.

2. OBJETIVOS:

GERAL

➤ Analisar o trabalho desenvolvido pelos professores no 6º ano no Ensino fundamental maior, assim como, a participação do corpo técnico da escola sobre a inclusão da Educação Ambiental nas disciplinas, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental.

ESPECÍFICOS

- Identificar se Educação Ambiental esta inserida no PPP da Escola.
- Descrever como ocorre o planejamento docente e utilização do tema meio ambiente nas práticas pedagógica.
- Identificar de que forma estão sendo trabalhadas as propostas de educação ambiental durante o planejamento de ensino anual da escola Padre José de Anchieta.
- Relatar quais as ações desenvolvidas na prática dos professores do 6º ano voltadas a Educação Ambiental, assim como, a participação da coordenação pedagógica.
- Descrever quais as dificuldades dos docentes para exercer a prática da Educação Ambiental.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental é um tema que vem sendo muito discutido, devido à necessidade de preservar o planeta e sua biosfera, por conseguinte fazendo-se necessário criar políticas de Educação Ambiental em diversos campos das ciências.

Ao longo dos séculos o ser humano vem transformando a natureza, transformação esta que ocorreu inicialmente pela necessidade do consumo diário das famílias em relação à sua sobrevivência. Depois em decorrência da evolução humana e na modificação nos modos de vida das comunidades primitivas os recursos naturais começaram a ser utilizados de forma indiscriminada. Com o surgimento da revolução industrial (séculos XVIII e XIX) e do sistema capitalista que busca acumular riquezas sem levar em conta o limite dos recursos naturais, surgem outras formas de vida, então o consumo passou a ser desordenado causando malefícios ao meio ambiente.

Com os avanços dos recursos químicos e tecnológicos, muitos produtos vieram a ser criados em grandes proporções como é o caso dos gases, combustíveis, plásticos, vidros etc... para eles a natureza não lhes reservou um lugar específico e, por isso leva milhares de anos para reciclar, pois do contrário estes se acumulando na biosfera causarão prejuízos irreversíveis para o planeta levando a extinção de várias espécies de vida.

Para Rodrigues (2008), o aumento considerável da exploração dos recursos naturais em benefício de um poderio econômico em curto prazo e em proporções alarmantes em escala mundial, fez com que as pessoas despertassem. Surge então o movimento ambientalista, que criticava todas as formas de exploração desenfreada dos recursos naturais e o modelo econômico adotado, pautado na forma de obtenção de lucro a qualquer custo e de imediato.

Nas décadas de 50 a 60, alguns autores começaram a escrever livros relacionando o comportamento humano, como uma possível destruição do planeta, uns dos grandes impactos ambientais da época foram às bombas nucleares, lançadas contra Hiroshima e Nagasaki, que resultaram na morte de mais de 220.000 pessoas.

No final da década de 60 os desafios e as preocupações deixam de ser apenas de um pequeno grupo ambientalista e passam a serem questões sociais, onde diversos cientistas de países desenvolvidos se reúnem em Roma, para discutir o consumo e as reservas de recursos

naturais não renováveis. Assim como, foi discutido também o crescimento da população mundial.

No Brasil, os movimentos ambientalistas surgiram no início da década de 70, inicialmente nas regiões Sul e Sudeste, onde fundaram associações não governamentais, como a do Movimento Arte e Pensamento Ecológico, em São Paulo. Estes avançaram país a fora contagiando todas as regiões em prol da natureza.

Os movimentos ecológicos e pacifistas constituem-se num ponto de inflexão na história da mobilização social e da ação coletiva: trata-se de movimentos portadores de valores e interesses universais que ultrapassam as fronteiras de classe, sexo, raça e idade (VIOLA, 1987)

No ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia ocorreu a primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Ao todo foram 113 países, 19 órgãos governamentais e 400 Organizações Não Governamentais (ONGs), as quais:

[...] estabeleceram-se o “plano de Ação Mundial” e a “Declaração sobre Ambiente humano” (orientação aos governos). Foi nessa conferência que se definiu, pela primeira vez, a importância da ação educativa nas questões ambientais, o que gerou o primeiro “Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA)”, consolidado em 1975 pela conferência de Belgrado (PCNs 1998, p. 229).

A partir de Estocolmo uma série de seminários, simpósios aconteceram para discutir as questões ambientais, como a Conferência de Belgrado (1975) a Conferência de Tbilisi (1977) e a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992, mais conhecido como a Rio-92 e a RIO+5. Foi a primeira reunião internacional não-oficial que aconteceu no Rio de Janeiro.

A ECO 92 também conhecida como RIO 92, que reuniu o Fórum Global do qual participaram os representantes não governamentais (das ONGs, de movimentos sociais, sindicais etc). Um dos resultados do Fórum Global foram os tratados, um para cada esfera de atuação, discutidos e afirmados pelos milhares de representantes presentes, das mais variadas regiões do mundo. Todos eles mencionavam seus objetivos ou estratégias mais importantes, a conscientização e a Educação Ambiental dirigida desde aos técnicos, profissionais e políticos, até o cidadão comum, especialmente os jovens. Um dos tratados de Educação foi exclusivamente sobre Educação Ambiental: o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global” (PCNs, 1998, p. 230).

A partir desses encontros a Educação Ambiental começa a definir seu espaço, na perspectiva embriológica de desenvolvimento social por todos os seus eixos. A exemplo disso,

destaca-se a RIO-92. Com ela, mudanças significativas ocorreram em relação ao meio ambiente, a começar pela criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que posteriormente deu origem ao então Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também foi criada a Carta Brasileira para a Educação Ambiental, reconhecendo-a como um forte instrumento para minimizar os problemas ambientais.

No final do ano de 1978 surge no Brasil a primeira revista que trata das questões ambientais, intitulada “Pensamento Ecológico”. O movimento ambientalista ainda contou com o apoio de lideranças políticas que naquele momento retornavam do exílio político devido ao período da ditadura militar. A Revista passou a ser publicada de três em três meses com artigos que retratavam a crise ambiental da época, como por exemplo, a crise do petróleo em (1973).

Em consequência da conferência de Estocolmo, medidas de reforços foram sugeridas aos Estados para que incluíssem em suas políticas educacionais, diretrizes, conteúdos e atividades ambientais com o principal objetivo de constituir o pilar da educação ambiental e, dessa forma, pudessem projetar uma dimensão curricular majoritária que viesse a inserir, em todas as modalidades de ensino, temas transversais e com caráter interdisciplinar. A referida Conferência também possibilitou a abertura de um leque de convites a pesquisadores e estudiosos para que pudessem intensificar seus trabalhos de reflexões, de pesquisa e de inovações à educação ambiental.

É importante que a escola desenvolva em seus alunos habilidades de pensamentos críticos, incluindo a capacidade de analisar e solucionar problemas. Seriam ainda de fundamental importância que, nessa escola, fossem formados valores relacionados ao homem e à natureza [...] (SANTOS, 1997, p.26).

São situações que precisam ser dialogadas em sala de aula, nos grupos comunitários, em associações de bairro, sindicatos, etc., pois muito do que a natureza nos oferece não são fontes renováveis e se usadas indiscriminadamente, sem nenhum cuidado ou preocupação, vão acabar e as futuras gerações não as terão.

A educação sistematizada precisa promover uma educação libertadora, onde o aluno se sinta pertencente ao meio, podendo refletir e agir de forma consciente. Essa consciência reflexiva é adquirida em conjunto. Evidentemente compreende-se que nem a educação em geral e tampouco a Educação Ambiental tem a pretensão de resolver todos os problemas ambientais, como afirma Reigota.

A educação em geral e a educação ambiental em particular, nesses tempos pós-modernos, não tem a pretensão de dar respostas prontas, acabadas e definidas, mas sim instigar questionamento sobre as nossas relações com a autoridade, com a natureza, com a sociedade em que vivemos, com o nosso presente e com o nosso eventual porvir (2011, p.145).

Contudo, a escola deve ser considerada o lugar capaz de educar as pessoas, sobretudo nos aspectos moral e ambiental. Ela é o lugar socialmente privilegiado de formação e informação sistematizada, pois está apoiada nos meios informativos como os livros, a internet e professores que facilitam o desenvolvimento de uma educação de qualidade pautada na ética, e nas mudanças de comportamento.

Uma educação desenvolvida dessa maneira levará a um maior número de pessoas a participar das decisões políticas, sejam elas diretivas ou sugestivas, contribuindo assim para a promoção e transformação social e ambiental.

3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO LEGAL BRASILEIRO

No Brasil, a Educação Ambiental avança a partir das décadas de 80 e se consolida de forma significativa nos anos 90. Os movimentos ambientalistas e outros movimentos se uniram em busca de direitos relegados, grupos como dos sindicatos, associações, movimentos sociais, religiosos, educadores, dentre outros, fortalecendo assim as discussões ambientais.

Na década de 80 mais precisamente em 1981 o grande destaque do país em relação à questão ambiental na época foi à criação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Que tem como objetivo: “[...] preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (2005).

Devido à promulgação das Leis, alguns grupos e pessoas individuais, que eram simpatizantes dessa causa ambiental começam a desenvolver timidamente trabalhos nas escolas, clubes, parques, associações de bairro e outros. Percebemos que ao longo dos anos as questões ambientais vêm deixando de ser apenas dos ambientalistas ou simpatizantes e começam a incomodar a sociedade.

A partir da conferência RIO 92, aconteceram muitas mudanças significativas, as quais enfatizam a necessidade da educação ambiental na solução dos problemas. Segundo Reigota afirma que a “ECO-92 deve ser vista como um grande catalisador educativo. Não só na

sociedade brasileira, mas também na sociedade planetária” (2004, p. 36). Observe que após essa conferência foi implantado a educação ambiental no Brasil. “Para a área de Educação Ambiental, estabeleceu contato com o então Ministério da Educação e da Cultura, o que resultou na definição de que “Educação Ambiental” poderia contar no currículo, mais não como matéria” (BRASIL, 1997 apud CUBA 2010, p.27).

Para Reigota com a realização da ECO 92, no Brasil, observou o surgimento de duas correntes de Educação ambiental.

[...] Uma, bastante numerosa, é a que vai ao sentido do modismo e do oportunismo, que é inerente a todo megaevento. Assim, atividade que fazem parte da ecologia, da geografia, ou ainda do lazer, são rebatizadas de educação ambiental. O mais grave é o surgimento de escolas de educação ambiental e ou escolas ecológicas de primeiro e segundo grau dentro das concepções conservacionista na biologia. Conservadora na política e equivocada na educação [...] A segunda é a que me interessa abordar, e traduz todo o movimento educativo na sociedade brasileira provocado pela ECO-92. Nesse movimento, a educação ambiental que estava sendo praticada antes do boom teve o espaço necessário para se consolidar como opção pedagógica crítica aos modelos vigentes (2004, p. 53-54).

Podemos analisar que dentro do sistema educacional, ainda permeia uma tendência pedagógica tradicional, que impede o conteúdo da Educação Ambiental de ser ministrado de forma interdisciplinar e que venha perpassar por todos os níveis de ensino.

Entre os vários aspectos negativos da atual educação Ministrada no Brasil, ressalta o fato de ela não desenvolve no estudante os esquemas mentais que estabelecem a dialética das diferentes áreas de estudos entre si e também destas com a realidade social em que vivemos. O estudo da ecologia, enquanto “ciência pura”, de quase nada adianta senão relacionada com os demais campus de ciências, porque ela não leva necessariamente a uma visão globalizante, dinâmica e sistêmica das coisas, isto é, uma visão “eco-política” (SCHINKE, 1986 apud CUBA, 2010, p.28).

Entretanto, apesar das dificuldades de se consolidar a educação ambiental entre as disciplinas, não podemos desconsiderar que a partir da RIO 92, foram constatados grandes avanços na área da educação, pois as instituições começam a investir na formação de profissionais acerca de educação ambiental. Desde a primeira conferência em Estocolmo passaram-se 20 anos, para poder ter uma visão de que o tema educação ambiental já era bastante conhecido, entretanto ainda não havia sido discutido o analfabetismo ambiental.

A educação ambiental ganhou espaço dentro e fora das escolas, não sendo apenas restrito a um grupo de ambientalista, mais toda a sociedade tem o dever de zelar pelo ambiente para garantir o estado de conservação para as futuras gerações.

Para garantir esse espaço foi aprovada a LEI 9.597/99 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA); em seu Art.2º: “afirma que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidade do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Ficando assim estabelecido na PNEA:

Entende-se por Educação ambiental na educação escolar a ser desenvolvidas no âmbito dos currículos das instituições de Ensino público e privadas, englobando: I. Educação básica: a) Educação infantil; b) Ensino fundamental; c) Ensino médio; I - Educação Superior; II -Ensino especial; III -Educação Profissional; IV -Educação de jovens e adultos(Lei 9795/99 Art. 9,inciso I).

Agora é notório que todas as instituições públicas ou privadas, desde o ensino infantil até o nível superior têm a obrigatoriedade de assegurar no âmbito dos currículos educacionais o tema Educação Ambiental, embora também previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação,

A Educação Ambiental será considerada na concepção dos conteúdos curriculares de todos os níveis de ensino, sem constituir disciplina específica, implicando desenvolvimento de hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, a partir do cotidiano da vida, da escola e da sociedade (LDB) N° 9.394/96.

A grande preocupação é de que forma a legislação está sendo cumprida no cotidiano das escolas públicas; não basta apenas criar as leis, é preciso investir nas formações dos profissionais de educação, nos livros didáticos, nas divulgações através dos meios de comunicações. O que nos instiga a questionar sobre o tema educação ambiental no Brasil é a forma como o poder público tem olhado para essa educação, podemos afirmar que ainda há um descaso, que pouco tem se investido na preservação do meio ambiente.

Fazendo uma pequena análise das problemáticas ambientais vivenciadas no interior de algumas comunidades escolares, onde estas sejam menos assistida pelo poder público, chegamos a pensar que a mensagem educativa acerca do tema, está distanciando-se cada vez mais de sua vital realidade.

Observamos essas deficiências no grande acúmulo de resíduos sólidos que continuam sendo depositados em lixões céu abertos, grande parte das cidades continuam sem tratamento nos esgotos, os lixos ainda vão para os rios ou canais, provocando enchentes e deixando pessoas desabrigadas, esses são apenas alguns pontos que citamos, mas existem diversos

outros que nos levam a refletir sobre os rumos que as políticas públicas tomam no nosso país.

Paulo Freire é feliz na sua fala, quando diz:

Porque não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem á saúde das gentes (FREIRE, 1996 apud ESPIRITO SANTO, 2005, p.3).

Sabemos ainda, das dificuldades que os educadores encontram em ter que enfrentar as carências existentes nas escolas brasileiras e a falta de capacitações dos profissionais da educação acerca não apenas do tema educação ambiental, como de diversos outros que fazem parte do currículo educacional.

Com a Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, que foi aprovado no (Art.225, Cap. VI), que diz: Cabe ao poder público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do Meio Ambiente. (CFB, 1988).

É imprescindível desenvolver uma educação voltada para a preservação e conservação da natureza que leve o ser humano a realização pessoal e coletiva, o que pode ser conseguido por meio de políticas publicas e econômicas apoiadas em uma educação voltada para a igualdade social e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A escola é, por excelência, um espaço para a construção e reconstrução do conhecimento, levando o ser humano a conscientização e sensibilização dos problemas ambientais do meio em que vive; encontra partida, a educação desempenha papel fundamental na propagação de atividades que contribuem com a efetivação de práticas socioeducativas.

3.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO ESCOLAR

Prática Pedagógica são as ações desenvolvidas pelo professor dentro de sua sala de aula com reflexos positivos na vida do aluno dentro e fora da escola, devendo esta acontecer intencionalmente.

Para Paulo Freire (2000), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. É importante que o professor forneça mecanismos que possibilite aos sujeitos do conhecimento criar seus próprios

conceitos a partir de suas concepções.

Em se tratando de questões desta natureza, especificamente relacionadas ao tema em estudo, é de suma importância que o educador apresente censo crítico em relação aos problemas ambientais, é necessário que estes se incomodem, pois desta maneira, despertarão em seus educandos reflexões oportunas e mudanças necessárias que resultarão em atitudes de respeito com as questões em debate, gerando neles possíveis atos de intervenções na preservação e conservação ambiental.

A Educação Ambiental é conteúdo e aprendizado, é motivo e motivação, é parâmetro e normas. Vai além dos conteúdos pedagógicos, interage com o ser humano de forma que a troca seja uma retroalimentação positiva para ambos. Educadores ambientais são pessoas apaixonadas pelo que fazem. E, para que o respeito seja o primeiro sentimento motivador das ações, é preciso que a escola mude suas regras para se fazer educação ambiental de uma forma mais humana (Carvalho, 2006, apud CUBA, 2010).

Não dá para trabalhar Educação Ambiental onde os conteúdos são apenas repassados no quadro negro, ou lidos horas e horas pelos professores. Precisa-se utilizar metodologias inovadoras que saiam das quatro paredes da sala de aula e busque indagação, questionamentos, contribuições e reflexões acerca do conteúdo.

É interessante que o professor tenha a capacidade de perceber que seu trabalho é intencional, portanto, influenciarão nas diferentes realidades de seus alunos, pois a prática docente realizada por ele é carregada de significado. Outro fator relevante no trabalho do professor é que ele deve estar sempre repensado a sua prática.

A metodologia da educação ambiental visando a participação do cidadão na solução dos problemas deve empregar estratégias que permitam ao aluno questionar dados e ideias sobre um tema, propor soluções e apresentá-las. “[...] Com o método ativo, o aluno participa das atividades, desenvolve progressivamente o seu conhecimento e comportamento em relação ao tema, de acordo com sua idade e capacidade” Reigota (2004, p.38).

Diante disso, é importante ressaltar que no Art. 11 da Lei 9795/99, está assim afiançável: “A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”.

Parágrafo único “Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos

princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental”.

A partir de tais determinações previstas na Lei, é necessário que a escola busque subsídios que garanta ao professor a formação para trabalhar de forma integrada a educação ambiental junto às demais disciplinas do currículo. Ela deve buscar junto às secretarias de educação estaduais e municipais a promoção da formação continuada para os professores, para que os mesmos possam desenvolver suas aulas de maneira que os alunos, a partir de um problema ambiental, façam várias leituras e interpretações, para chegar a uma solução.

Como a Educação Ambiental não está no currículo como uma disciplina, não se tem a certeza de que ela esteja sendo vivenciada e articulada de forma transdisciplinar, como preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Diante disso, nos questionamos, será que os professores da Escola Padre Jose de Anchieta desenvolvem a prática cotidiana de educação ambiental?

4 LOCAL DA PESQUISA E A ABORDAGEM METODOLÓGICA

4.1 CONHECENDO O LOCAL DA PESQUISA



Figura 1 - Cidade de São Sebastião da Boa Vista – 2011. Fonte - navenezadomarajo.blogspot.com



Figura 2 - Praça da Matriz de SSBV – 2006. Fonte - navenezadomarajo.blogspot.com.

O município localiza-se ao Sul da Ilha do Marajó, às margens do Rio Boa Vista, afluente do rio Pará, a 136 km em linha reta de Belém/PA. De acordo com Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE) a sua população é de 22.904 habitantes (2013). O nome São Sebastião foi dado em homenagem ao Padroeiro local. "Boa Vista" surgiu a partir de seu magnífico pôr-do-sol que juntamente com seu povo hospitaleiro e acolhedor encantam a todos que lhes visitam.



Figura 3 - Pôr-do-sol de SSB – 2016. Fonte - Zelinda Rodrigues

A principal fonte de renda do município é o comércio, a agricultura, a pesca, e o extrativismo, notadamente de madeira, fibras, palmito, argila (para a produção do tijolo) e fruto do açaí.



Figura 4 – Pescas – 2016. Fonte - Zelinda Rodrigues



Figura 5 – Fruto – 2016. Fonte - Zelinda Rodrigues

No que se refere à educação, de acordo com Secretaria Municipal de Educação (SEMED/2016) constata-se que este município disponibiliza de 41 (quarenta e uma) escolas, com 9.026 (nove mil e vinte e seis) alunos no total, sendo 1 (uma) escola estadual, de Ensino Médio com 1.598 (mil quinhentos e noventa e oito) alunos e 40 (quarenta) escolas municipais, de Ensino Infantil e Fundamental com 7.428 (sete mil, quatrocentos e vinte e oito) alunos, distribuídos em 4 (quatro) escolas no meio urbano com 3.307 (três mil, trezentos e sete) alunos e 36 (trinta e seis) escolas no meio rural, com 4.121 (quatro mil, cento e vinte e um) alunos.



Figura 6 - Escola M. E. F. I. Sitio do Pica Pau/Meio rural – 2016. Fonte - Zelinda Rodrigues



Figura 7 - Escola M. E. I. F. Custódio Ferreira/Meio rural – 2016. Fonte - Zelinda Rodrigues

Em relação a educação superior, o município possui um Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em parceria com o Governo Federal, aonde vem funcionando as turmas do Plano Nacional de Formação de Professores/PARFOR, o Curso de Especialização em Educação Ambiental, entre outras.

O lócus a pesquisa é a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Padre José de Anchieta”. localizada a Avenida das Acácias, nº 05, bairro Aeroporto no Município de São Sebastião da Boa Vista – Marajó – Pará, fundada em 21 de abril de 1982. É mantida pela Prefeitura e Secretaria Municipal de Educação, sob a direção de Everaldo Pureza Leitão. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola atende uma clientela de todas as classes sociais, porém a maioria é de baixa renda. Recebe turmas de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental Regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo um total de 1218 (um mil, duzentos e dezoito) alunos matriculados no ano de 2016, destes 656 (seiscentos e cinquenta e seis) estudam nas turmas de 1º ao 5º Ano, 453 (quatrocentos e cinquenta e três) do 6º ao 9º Ano e 109 (cento e nove) nas turmas de EJA. Trabalham atualmente 77 (setenta e sete) profissionais, destes 34 (trinta e quatro) são professores. Dos professores atuantes somente 33 (trinte e três) tem nível superior. Na parte administrativa tem 01 (um) secretário, 01 (um) diretor, 1 (uma) vice-diretoras, 4 (quatro) coordenadores-pedagógicos.

Quanto à estrutura física e material, a escola tem 02 (dois) prédios com idades distintas, o primeiro com aproximadamente 31(trinta e um) anos, suas instalações são antigas, levando à satisfação parcial com relação à infraestrutura apesar de já ter passado por outras

reformas; o mais novo foi inaugurado em 2006 e oferece boas condições de trabalho e uma área aberta e coberta servindo como auditório. No entanto, as condições físicas da escola são boas, pois esta já passou por reformas e construção de um novo bloco de salas de aula. A escola possui uma quadra coberta para eventos e práticas esportivas; possui ainda, dezenove (19) salas de aula; Uma (1) secretaria; Uma (01) sala onde funciona vice-direção, coordenação pedagógica e arquivo; Uma (1) sala da direção; Uma (1) sala dos professores; Uma (1) sala Multifuncional; Uma (1) copa; Um (1) depósito de merenda; Uma (1) sala de Informática; Uma (1) biblioteca; Um (1) depósito de materiais; Quatro (4) blocos de banheiros (masculino, feminino e para alunos (as) portadores de necessidades especiais); temos ainda bebedouros industriais; fogão; frízeres; utensilio de copa (panelas, caldeirões, copos, pratos, tigelas, colheres, garrafas térmicas, panela de pressão, liquidificador, dentre outros, todos em uso e com boas condições).



Figura 8 - E. M. E. F. M. Padre José de Anchieta – 2015. Fonte – Zelinda Rodrigues



Figura 9 - Quadra da Escola Padre José de Anchieta – 2016. Fonte: Zelinda Rodrigues



Figura 10 - Pátio da Escola Padre José de Anchieta – 2016. Fonte - Zelinda Rodrigues

Atualmente, devido aos avanços tecnológicos é alocada à disposição da escola uma série de recursos como: internet banda larga, computadores, televisores, Data show, DVD, caixa amplificadora, microfones, teclado, notebook, dos quais os professores fazem o melhor uso possível. Pedagogicamente falando, e em bom uso, destaca-se ainda os seguintes recursos didáticos: quadro de giz, quadro branco, mapas, software e globo terrestre, calculadora, CDs, CD-ROM, discos, livros, dicionários, revistas, jornais, folhetos, cartazes, jogos, brinquedos, materiais esportivos, além de outros que se fizerem disponíveis.

Dentre os diferentes recursos, o livro didático é um dos materiais de mais forte influência na prática de ensino. Sendo que a escola possui uma Biblioteca equipada com mais de mil acervos de diferentes editoras e/ou autores, é um espaço amplo e adequado, para receber além dos seus alunos, os de outras escolas que a procura a fim de realizar suas pesquisas.

Apesar da escola já possuir um Laboratório de Informática com aproximadamente 20 computadores, é imprescindível ventilar a necessidade da ampliação infra estrutural do referido laboratório, nos aspectos espaço-ferramenta, haja vista a constante utilização, por parte de toda a comunidade escolar, desta tão precisa inovação tecnológica.

É importante ressaltar que a escola Padre José de Anchieta apesar de ocupar todo o terreno, não havendo espaço aberto com árvores, ela tem uma aparência muito agradável e atrativa, pois em algumas partes dos prédios foram plantadas e são cuidadas diariamente uma variedade de plantas ornamentais e medicinais.

A maioria da qualidade dos pátios escolares constituiu uma importante alternativa no sentido de tornar as escolas locais mais atrativos e agradáveis para a comunidade escolar como um todo. É tempo de repensar e conceber os locais de convívio do homem em função de valores sociais e culturais, necessidades e hábitos específicos (PEREIRA, 2015, p.33).



Figura 11 - Fachada da Escola Padre José de Anchieta – 2016. Fonte - Zelinda Rodrigues



Figura 12 - Pátio da Escola Padre José de Anchieta – 2016. Fonte - Zelinda Rodrigues

4.2 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O caminho metodológico dessa pesquisa deu-se primeiramente por meio da realização de uma pesquisa bibliográfica, a qual é de suma importância para fundamentar e nos apontar possíveis respostas sobre o tema no qual nos propôs desvelar.

Utilizou-se também a pesquisa na internet, por ser uma fonte riquíssima, rápida e com uma variedade enorme de assuntos. De acordo com Oliveira “[...] a internet se constitui uma ferramenta indispensável à humanidade para informações rápidas sobre os mais diversos assuntos. [...]”.

A estratégia foi o Estudo de Caso por caracterizar-se pela análise em profundidade de um objeto ou um grupo de objetos, que podem ser divididos ou organizados.

A abordagem será de natureza qualitativa, pois o investigador deve atuar onde se desenvolve o objeto de estudo, dessa forma haverá melhor possibilidade de conhecimento no que se estuda.

Utilizou-se como técnica o questionário, o qual “[...] têm como principal objetivo descrever as características de uma pessoa ou de determinados grupos sociais” (OLIVEIRA, 2012, p.83). Com perguntas fechadas e de múltipla escolha. E por fim, organização e análise dos dados.

Nesse sentido, a pesquisa acontecerá de acordo com a metodologia aqui exposta,

pesquisando, analisando, percebendo e contextualizando as informações, além de aferir quais métodos e atores que trabalham na garantia dos direitos que rege os PCNs da Educação Ambiental.

A realização de um diagnóstico sobre a situação na qual se dá a EA na Escola Padre José de Anchieta servirá de subsídio para a construção de um banco de dados que dê visibilidade para a problemática, e para a situação vivenciada.

5 RESULTADO E DISCUSSÃO

Neste capítulo apresento o resultado da pesquisa, a qual esclarecerá se há um trabalho desenvolvido pelos professores no 6º ano no Ensino fundamental maior, assim como, a participação do corpo técnico da escola sobre a inclusão da Educação Ambiental nas disciplinas, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental na E. M. E. F. Padre José de Anchieta.

Os sujeitos que contribuíram com estudo dessa pesquisa foram 13 professores, e uma coordenadora pedagógica, sendo 6 (seis) mulheres e 8 (oito) homens. Suas idades variam de 32 a 53 anos, todos com formação em nível superior, nas disciplinas específicas que ministram, assim como a coordenadora pedagógica na função que atua. A pesquisa foi direcionada somente aos professores dos 6º anos do Ensino Fundamental.

5.1 O PLANEJAMENTO ESCOLAR VISANDO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA ESCOLA PADRE JOSÉ DE ANCHIETA.

Na vida, para ter êxito no que queremos, precisamos planejar organizar nossas ideias, traçar metas, para alcançar os objetivos traçados.

Segundo Libâneo o planejamento tem grande importância por trata-se de “Um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social” (1994, p.222).

No intuito de compreender se a Escola Municipal Padre José de Anchieta, locus dessa pesquisa preocupou-se com a Educação Ambiental na construção do TCC, questiona-se abaixo,

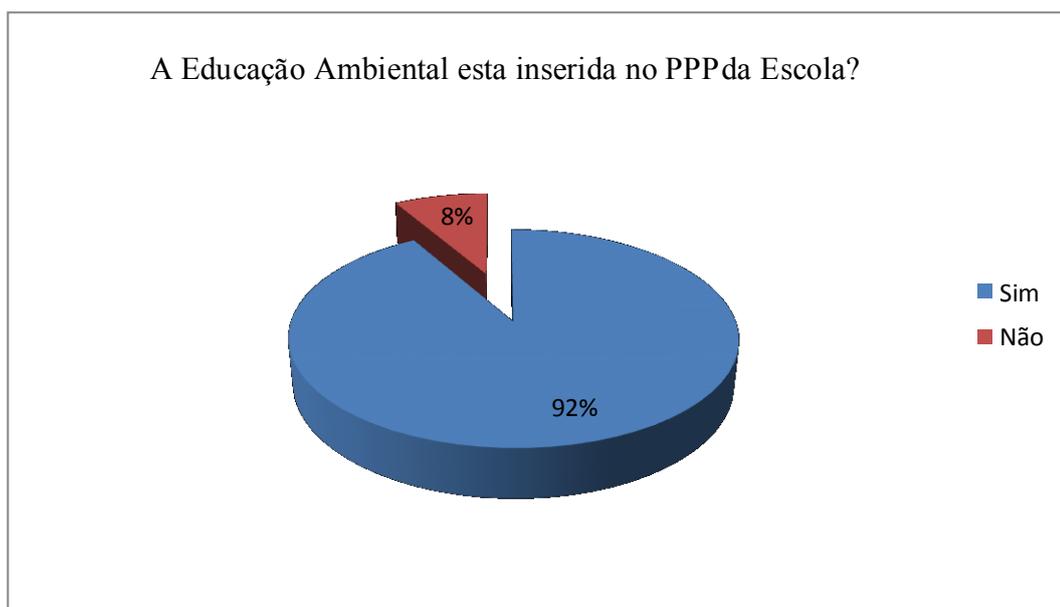


Gráfico 01. Fonte - Pesquisa de campo/ Técnica do questionário aplicado a coordenação pedagógica e aos professores dos 6º anos da E. M. E. F. Padre José de Anchieta/2016.

O gráfico nº 1, demonstra que 92% (noventa e dois por cento) dos docentes entrevistados responderam que Sim, que a Educação Ambiental está inserida no PPP (Projeto Politico Pedagógico) da escola, e apenas 8% (oito por cento) respondeu que não. Diante disso, é possível constatar que a escola ao construir seu PPP preocupou-se na formação dos discentes no que se refere a construção de um cidadão crítico e consciente da realidade em que vivemos, a qual deve ser flexível a mudanças.

[...] o projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental Crítica seria o de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico. Ou seja, um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental (BRASIL, 2004, p. 18 e 19).

Sabe-se que o assunto em questão está cada vez mais presente no cotidiano da sociedade, a Educação Ambiental precisa ser trabalhada com mais ênfase e a escola é o lugar mais apropriado para isso. Por tanto, a conscientização, assim como, a inclusão da EA no Projeto Politico Pedagógico é importante sim, porém que seja construído de forma coletiva e participativa, onde a sociedade escolar como um todo possa comungar dos problemas e apontar possíveis soluções. No Artigo 5º da Lei 9.795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental) esclarece que,

São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Para melhor esclarecimento no que se refere à forma de trabalho a EA na escola Padre José de Anchieta, questiona-se,

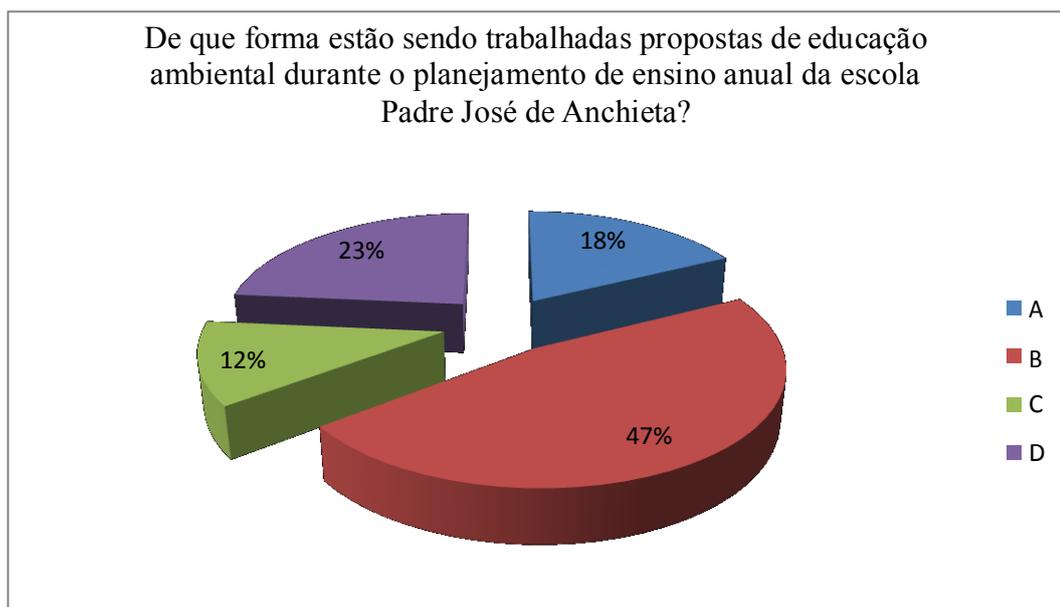


Gráfico: 02. Fonte - Pesquisa de campo/ Técnica do questionário aplicado aos professores dos 6º anos da E. M. E. F. Padre José de Anchieta/2016.

A partir do questionamento, de que forma estão sendo trabalhadas propostas de Educação Ambiental durante o planejamento de ensino anual da escola Padre José de Anchieta? O gráfico 2 afirma que 18% (dezoito por cento) dos docentes responderam a questão A, a EA esta sendo trabalhada por meio de palestras de conscientização sobre temas

relevantes ao meio ambiente; 47 % (quarenta e sete por cento) responderam a letra B, através de projetos direcionados a datas relevantes aos temas envolvendo o meio ambiente; 12% (doze por cento) responderam a letra C, por meio de acompanhamento do corpo técnico com os docentes para desenvolvimento de atividades interdisciplinares do tema meio ambiente e 23% (vinte e três por cento) responderam a letra D, nas atividades pedagógicas não tendo continuidade.

Percebe-se que por meio das escolhas de respostas dos docentes, todas alcançaram um nível de porcentagem, ou seja, de uma forma ou de outra a Educação Ambiental está sendo trabalhada, porém vale ressaltar importância de trabalhar a EA na prática pedagógica principalmente de forma contextualizada com as demais disciplinas e que seja de forma contínua. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) estabelecem que a educação ambiental seja trabalhada como tema transversal, perpassando por todas as áreas do currículo de maneira integrada e contínua, desde a educação básica até o nível superior.

Os conteúdos de meio ambiente serão integrados ao currículo através do que se chama transversalidade, isto é, serão tratados nas áreas de conhecimento de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental (PCNs, 1997).

Portanto, é importante que a Educação Ambiental além de ser trabalhada em palestras de conscientização, Projetos direcionados a datas envolvendo o tema, acompanhamento do corpo técnico com professores para desenvolvimento de atividades Interdisciplinares, ela precisa ser incluída em todas as disciplinas, para que possa levar o educando a conhecer o Meio Ambiente de forma abrangente, podendo comparar anos atrás com a atualidade, ou seja, conhecer, ser consciente das diferentes realidades e dessa forma sentir-se no dever de preservá-la para as gerações presentes e futuras.

O ensino Baseado na interdisciplinaridade proporciona uma aprendizagem muito mais estruturada e rica, pois os conceitos estão organizados em torno de unidades mais globais, de estruturas conceituais e metodológicas compartilhadas por várias disciplinas. Entre os princípios pedagógicos que estruturam as áreas de conhecimento destacamos como eixo articulador a interdisciplinaridade [...] (ESPIRITO SANTO, 2005, p. 66).

Contemporaneamente a Educação Ambiental apesar dos problemas que se apresentam, já teve grandes avanços, como as leis criadas para respaldar e fortalece a luta pela melhora do meio ambiente e conseqüentemente a qualidade de vida das pessoas. Mediante o assunto em

questão, questionou-se aos entrevistados, Se eles conhecem os documentos da Educação Ambiental como as Diretrizes Curriculares Nacional de Educação Ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental.

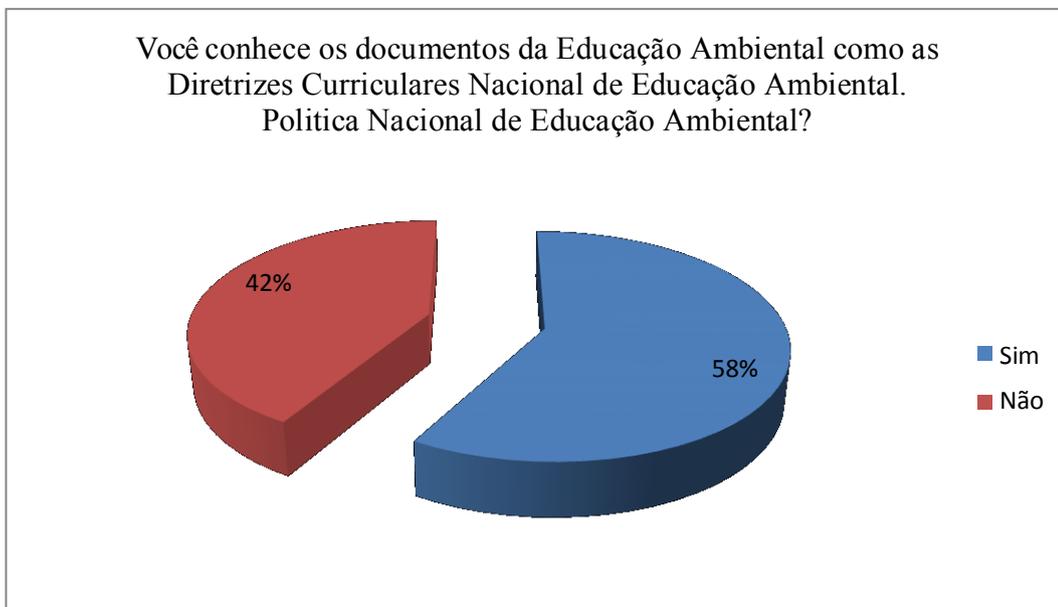


Gráfico: 03. Fonte: Pesquisa de campo/ Técnica do questionário aplicado aos professores dos 6º anos da E. M. E. F. Padre José de Anchieta/2016.

O gráfico 3 demonstra que 58% (cinquenta e oito por cento) responderam que sim, que conhecem os documentos da Educação Ambiental como as Diretrizes Curriculares Nacional de Educação Ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental e 42% (quarenta e dois por cento) responderam que não. Partindo dessas informações, verifica-se que quase a metade dos entrevistados não conhece os documentos acima citados, o que nos preocupa, pois é importante que os conheçam, para que possam fazer um trabalho com mais consistência em suas aulas. É importante ainda, que os docentes sejam conscientes que tais conhecimentos acontecem de forma contínua, é uma práxis educativa diária, a qual se aplicada na sala de aula adequadamente deve levar o educando a sensibilizar-se e conscientizar-se do quanto ele pode fazer para melhorar a vida do planeta e a sua qualidade de vida.

A Educação Ambiental tem como uma de suas metas:

Garantir que a população mundial tenha consciência do meio ambiente e se interesse por ele e por seus problemas conexos e que conte com os conhecimentos, atitudes, motivação e desejos necessários para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções dos problemas atuais e para prevenir os que possam aparecer (MININNI-MEDINA, 2001, p. 23).

Diante disso, fica claro a importância de conhecer os documentos da Educação Ambiental. O professor precisa estar atualizado, manter-se informado sobre as questões ambientais, para que seus conhecimentos reflitam sobre seus educandos, para que eles estejam sempre bem informados sobre os problemas ambientais, podendo se tornar um adulto consciente, preocupado, transmissor da realidade ambiental em que se apresenta, transformando-se assim, em um verdadeiro agente transformador e conservador do ambiente.

Depois de termos contextualizado sobre a inclusão da EA no PPP da escola Padre José de Anchieta, as formas que vem sendo trabalhada as propostas de educação ambiental durante o planejamento de ensino anual da escola Padre José de Anchieta e os conhecimentos que os entrevistados tem sobre os documentos da EA, aprofundamos a pesquisa com os questionamentos abaixo.

5.2 COMO VÊM SENDO TRABALHADO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (Lei 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental, 1999).

Diante do cenário em que vivemos, onde a falta de consciente insiste em prevalecer em grande parte da humanidade, é fundamental que a EA seja trabalhada com mais fervor, que a escola seja um verdadeiro agente transformador. Diante disso, questionou-se aos entrevistados se eles trabalham a Educação Ambiental em suas atividades pedagógicas?

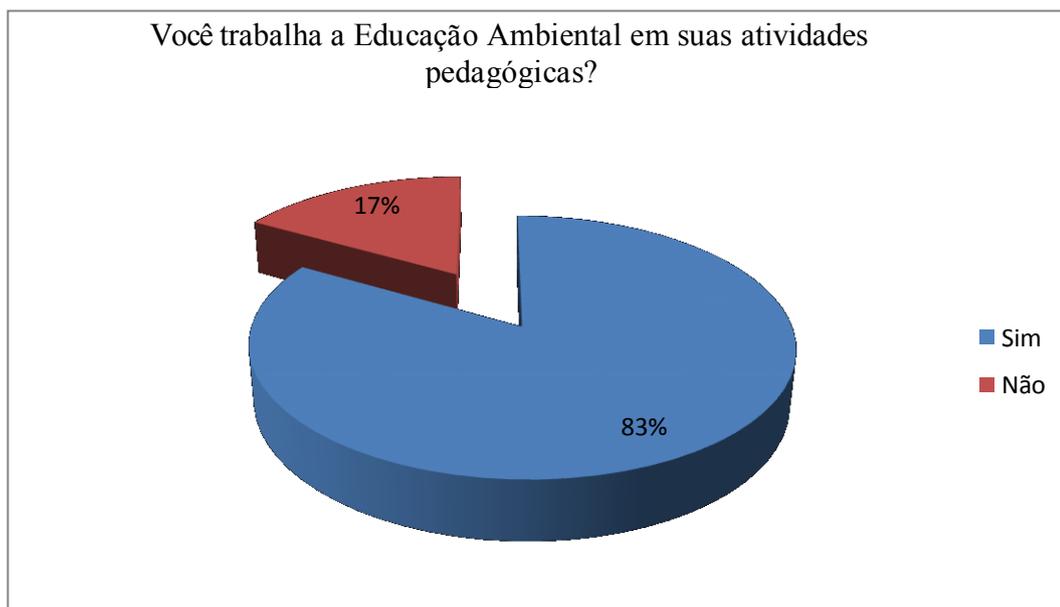


Gráfico 04. Fonte - Pesquisa de campo/ Técnica do questionário aplicado aos professores dos 6º anos da E. M. E. F. Padre José de Anchieta/2016.

Procurando entender à forma como os educadores vem trabalhando a Educação Ambiental e se estão trabalhando, constatou-se que no gráfico 4, 83% (oitenta e três por cento) dos docentes, incluindo a coordenação pedagógica responderam sim, que trabalham a Educação Ambiental em suas atividades pedagógicas e 17% (dezessete por cento) responderam não. Comparado ao resultado do gráfico 3, percebe-se que dos 42% dos docentes apesar de não conhecer os documentos da EA 25% deles estão trabalhando, o que nos parece ser positivo, isso significa que se importam com a preservação do meio em que vivemos, porém é necessário que o professor conheça a dimensão do trabalho que ele desenvolve. Para Candau (2004) a Prática Pedagógica depende exclusivamente da “vontade e do conhecimento dos professores que, uma vez dominando os métodos e técnicas desenvolvidos pelas diferentes experiências [...], poderão aplicá-los às diferentes realidades”.

O educador necessariamente não precisa saber tudo sobre da Educação Ambiental, mas que seja pesquisador, deve está sempre disposto em ir buscar novos conhecimentos, para Pereira, “A experiência mostra que no poder da ação de hoje estão as possibilidades de futuro...” (2015, p. 7).

O professor sendo o mediador do conhecimento deve trabalhar a Educação Ambiental conscientizando os alunos da realidade em que vivemos, assim como, fazer com que eles tenham uma visão ampla, não só do presente, mas também do passado, para que dessa forma, possam ser articuladas estratégias e ações voltadas à conservação ambiental.

As experiências locais são inspiradoras para a organização do espaço construído, seja no que se refere às tecnologias, arquitetura, seleção de materiais, adequação das construções à paisagem ou organização espacial. Sobretudo, o pertencimento da escola à localidade e a percepção da comunidade escolar de pertencer à escola, estão relacionados à estéticas e trajetória histórica local valorizadas no espaço educador (PEREIRA, 2015, p. 16).

Diante do questionamento a cima, sobre o entrevistado trabalhar ao não a Educação Ambiental em suas atividades pedagógicas, surge o questionamento, se os entrevistados consideram importante trabalhar a educação ambiental em suas atividades pedagógicas.



Gráfico 05. Fonte - Pesquisa de campo/ Técnica do questionário aplicado aos professores dos 6º anos da E. M. E. F. Padre José de Anchieta/2016.

O gráfico 5 demonstra que 100% (cem por cento) dos entrevistados consideram importante trabalhar a Educação Ambiental em suas atividades pedagógicas, porém vale ressaltar que 17% dos docentes responderam que não trabalham, o que parece contraditório, pois se consideram importante o que falta para fazerem?

Diante disso, Dias afirma que “pela própria natureza do ambiente, dadas as suas múltiplas interações de fundo ecológico, político, social, econômico, ético, cultural, científico e tecnológico, não se poderia tratar o assunto em uma única disciplina” (2003, p. 117).

Portanto, o professor além de saber da importância, deve trabalhá-la. Entende-se que o trabalho do professor é desafiador, as dificuldades são inúmeras, mas vale ressaltar que os problemas ambientais são visíveis, muitas vezes o próprio educando traz para dentro da sala de aula, através das conversas paralelas entre colegas sobre algum desastre que viu na televisão ou na internet, outras vezes no simples ato de jogar papel no chão, é nesses momentos que o professor precisa intervir, fazer-se parte do assunto. Em sala de aula o professor deve usar uma prática ativa, onde busque instigar os educandos acerca da

sensibilização ambiental.

O diálogo é a confirmação conjunta do professor e dos alunos no ato comum de conhecer e reconhecer o objeto de estudo. Então, em vez de transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse fixa do professor, o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto (FREIRE, 1985,p.125).

Dando ênfase no que vem sendo discutido, a seguir será abordado se os entrevistados sentem-se preparados para trabalhar a Educação Ambiental em suas práticas pedagógicas.

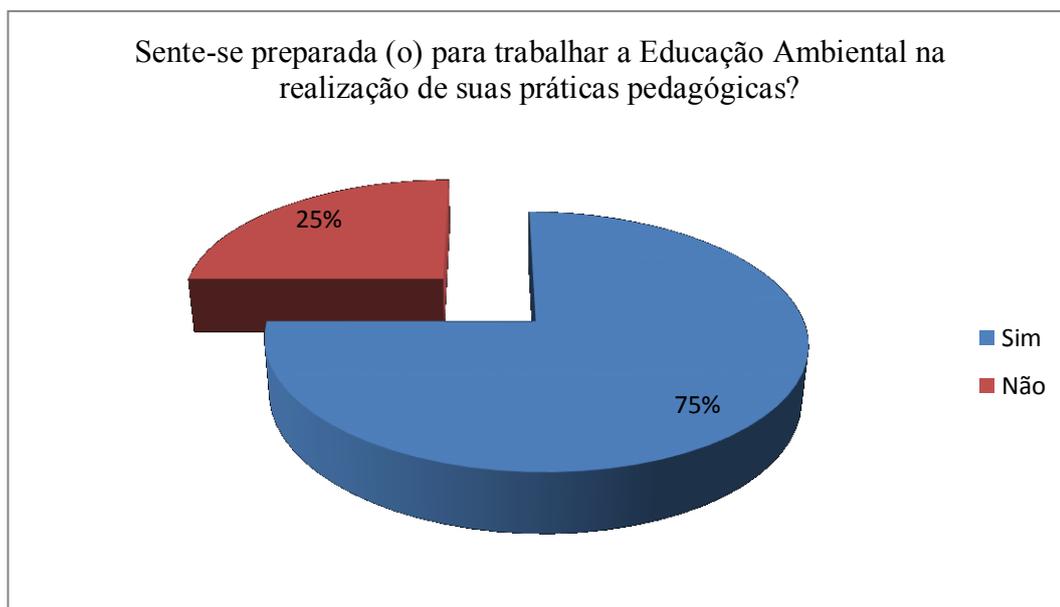


Gráfico 06. Fonte - Pesquisa de campo/ Técnica do questionário aplicado aos professores dos 6º anos da E. M. E. F. Padre José de Anchieta/2016.

O gráfico 6 demonstra que 75% (setenta e cinco por cento) dos entrevistados sentem-se preparados (a) para trabalhar a Educação Ambiental na realização de suas práticas pedagógicas e 25% (vinte e cinco por cento) responderam que não.

A Lei 9.795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental) prescreve, em seu artigo 11, que “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas” [...] (p. 9). Portanto, faz-se necessário a formação de professores para que dessa forma eles possam sentir-se seguros e fazer um trabalho de qualidade, ou seja, a escola, assim como, a Secretaria de Educação não deve se eximir de suas obrigações, formação continuada é um direito garantido por lei e se cumprido refletirá na qualidade do ensino.

Diante do exposto, onde o professor sendo detentor do conhecimento, por meio das formações, assim como, suas buscas nos recursos tecnológicos os quais podem ser uma forte aliada, pois não podemos ficar como meros receptores do sistema, uma vez que a nossa

profissão nos instiga a estar em constante aprendizado para que sejamos capazes de acompanhar as transformações ocorridas na sociedade, será possível proporcionar aos nossos educando uma melhor qualidade de ensino.

Para Paulo Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. É importante que o professor forneça mecanismos que possibilite aos sujeitos do conhecimento criar seus próprios conceitos a partir de suas concepções.

É importante ressaltar, que assim como a Educação Ambiental, o Meio Ambiente também tem várias definições e por isso o professor precisa conhecer as diversas literaturas para ter domínio e segurança na hora de construir o conhecimento com seus alunos.

Portanto, no intuito de entender a fundo os motivos pelo qual 25% dos docentes não se sentem preparados para trabalhar a Educação Ambiental, questionou-se sobre quais os motivos atribuídos as dificuldades para exercer a prática da Educação Ambiental?

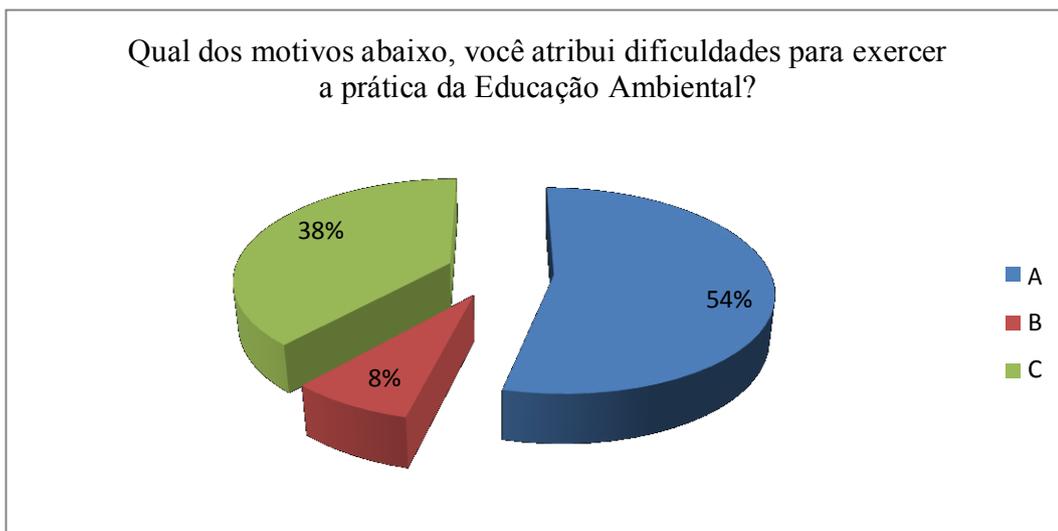


Gráfico 07. Fonte - Pesquisa de campo/ Técnica do questionário aplicado aos professores dos 6º anos da E. M. E. F. Padre José de Anchieta/2016.

No gráfico 7 questionou-se qual dos motivos, você atribui dificuldades para exercer a prática da Educação Ambiental. 54% (cinquenta e quatro por cento) responde que Ausência de formação continuada para os docentes, 8% (oito por cento) responde que a ausência da Educação Ambiental no PPP da escola e 38% (trinta e oito por cento) respondem que é a falta de estratégias e ações que possam envolver o tema Educação Ambiental.

Diante de tais respostas, constata-se que de uma forma ou de outra os docentes encontram dificuldades para trabalhar a EA. Portanto, ressalta-se mais uma vez a necessidade de haver a formação continuada para os professores. Diante disso, a lei 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental, prescreve que,

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

Ressalta-se ainda, que seja disponibilizado cursos de educação ambiental à distância; Reformular e implementar os parâmetros voltados a ações para o Meio Ambiente; Desenvolver projetos de gestão ambiental nas escolas; Realizar palestras educativas com mais frequência; Elaborar um modelo curricular dinâmico adequado às transformações. Assim, com certeza, haverá uma Educação Ambiental voltada para desenvolvimento social.

A LDB 9.394/96 (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) garante a autonomia da escola financeira, pedagógica e administrativamente, portanto, a escola tem autonomia suficiente para desenvolver uma prática educativa para a Educação Ambiental de forma mais efetiva e autônoma. Ela precisa trabalhar com mais relevância os problemas ambientais, deve divulgar por meio de murais, placas, de forma que faça o educando lembrar a cada momento e espaço a importância de preservar para manter, tais atitudes podem começar dentro do próprio espaço escolar, dessa forma a escola estará somando com a educação do alunado, vale lembrar que tais atitudes se realizadas com eficiência e compromisso, refletira na comunidade como um todo, uma vez que os alunos levaram as ações e atitudes pra fora do espaço escolar.

A escola na construção do seu Projeto Político Pedagógico deve estar definidos metas e objetivos para a Educação Ambiental. Também deve estar explícito no PPP a formação continuada para os professores, sendo este um dever da Secretaria de Municipal de Educação e da escola, com a perspectiva de que os mesmos adquiram novos aprendizados em educação

para que juntos com os alunos construam uma educação voltada para a qualidade de vida.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; (Lei 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental).

Diante do exposto pela lei 9.795/99, fica claro a responsabilidade e dever do Poder Público, assim como, às instituições educativas para dar suporte aos profissionais da EA, e assim ela poderá acontecer de forma consistente. Ainda no intuito de aprofundar o assunto em questão, questionou-se com os entrevistados sobre suas opiniões, se a Educação Ambiental deve ser trabalhada com mais relevância na sua escola?

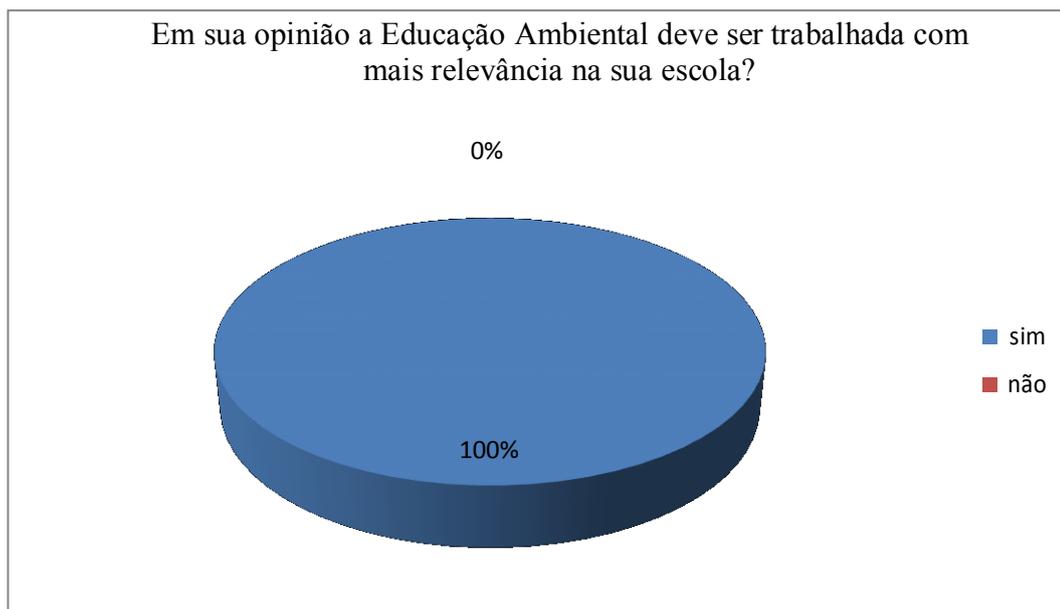


Gráfico 08. Fonte - Pesquisa de campo/ Técnica do questionário aplicado aos professores dos 6º anos da E. M. E. F. Padre José de Anchieta/2016.

O gráfico 8 demonstra que 100% dos docentes e coordenação pedagógica afirmam que a Educação Ambiental deve ser trabalhada com mais relevância na sua escola. De fato, toda escola deve ter definida, para si mesma e para sua comunidade escolar, uma identidade e um conjunto orientador de princípios e de normas que iluminem a ação pedagógica cotidiana, a

qual se define com um conjunto de decisões quanto à organização, aos propósitos e aos modos operativos da escola e a pedagógica que supõe o elenco de decisões/ações de ordem educativa e pedagógica, viabilizadora de suas intencionalidades quanto à formação do cidadão, ou seja, a EA deve fazer parte do aprendizado do aluno, estando presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidade do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Ressalta-se ainda, que embora a escola exerça um papel importante, sabemos que ela não pode resolver todas as problemáticas da humanidade, porém é levada a encarar os desafios, como instituição de ensino e formadora de cidadão críticos e conscientes do seu papel na sociedade.

6. CONCLUSÃO

Os problemas ambientais não são só ecológicos, existe um problema muito maior que é causa dos demais também criados pelo homem: o seu modo de produção dominante, o capitalismo. O modo de produção adotado no sistema capitalista é um modo dominante de exploração tanto do homem pelo homem, como do homem pela natureza.

Neste sentido, precisa-se mudar primeiro as concepções de pensamento do homem deste século XXI. Não podemos pensar em mudar o mundo sem mudar o pensamento das pessoas e nós, como educadores, fazemos parte dessa mudança.

A escola, dentro da sua função social, tem sido construída historicamente como o espaço para discussão e aprendizado dos mais diversos conhecimentos, portanto, deve continuar desempenhando a sua função principal que é ensinar o aluno a ser cidadão crítico e participativo na sociedade.

São necessários para este século uma mudança de postura e pensamento, que podem ser adquiridos através da educação geral e da educação escolarizada. A Educação Ambiental vem trazer dentro de seus parâmetros educacionais essa proposta de mudança, levando educadores e educandos ao desenvolvimento de uma consciência crítica e participativa.

Educar para desenvolver a consciência crítica, tanto a educação geral como a educação sistematizada precisam trilhar o mesmo caminho, em busca de uma educação baseada no construtivismo, na mudança de comportamento e de valores.

Os conteúdos de Meio Ambiente deve estar integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental.

O Tema Transversal nos PCN, tem como função promover “uma visão ampla em que envolva não só os elementos naturais, mas também os elementos construídos e todos os aspectos sociais envolvidos na questão ambiental” (PCN/MEIO AMBIENTE, 1997, p.37).

Diante do exposto, percebe-se que é fundamental e imprescindível desenvolver uma educação voltada para a preservação e conservação da natureza. Ressalta-se ainda, que a Educação Ambiental tem finalidades, objetivos, princípios e metas para serem alcançadas que vão muito além de simples ensinamentos de conteúdos de ecologia e biodiversidade. E isso

não implica na falta de informações, pois os recursos tecnológicos têm contribuído na divulgação da preservação ambiental, podemos constatar diariamente por meios de televisões, internet, rádios etc. campanhas que buscam sensibilizar o ser humano da sua responsabilidade em relação à preservação do planeta. Entretanto as pessoas não dão importância para o que está sendo alertado e continuam praticando atitudes incorretas e prejudiciais ao ambiente.

Embora a escola tenha um papel importante, sabemos que ela não pode resolver todas as problemáticas ambientais da humanidade -longe disso -cabe a cada cidadão cumprir o seu papel diante da sociedade, e ao poder público cumprir com as suas responsabilidades de investir nas melhorias de qualidade de vida da presente e das futuras gerações. Educação Ambiental não deve ser vista como algo separado ou distante precisa ser encarada como desafio da ação coletiva entre a sociedade.

Portanto, ressalta-se mais uma vez que as ações pedagógicas precisam produzir conhecimentos sistematizados que ultrapassem além dos muros da escola, levando a sociedade o ato de reflexão crítica e participativa, buscando uma prática ativa, na mudança do comportamento e de valores que possa impactar a sociedade em busca de transformações dos problemas ambientais.

A educação constitui-se na mais poderosa de todas as ferramentas de intervenção no mundo para a construção de novos conceitos e conseqüente mudança de hábitos. É também o instrumento de construção do conhecimento e a forma com que todo o desenvolvimento intelectual conquistado é passado de uma geração a outra, permitindo, assim, a máxima comprovada de cada geração que avança um passo em relação à anterior no campo do conhecimento científico e geral (CHALITA, 2002, p. 34).

A Educação por ser considerada a mais poderosa de todas as ferramentas de intervenção precisa estar vinculada com a comunidade escolar. Partindo desse pressuposto analisamos que a escola ainda precisa avançar no sentido de envolver tanto os professores, alunos, pais e a comunidade, no seu planejamento, pois desta forma todos se sentem responsáveis na qualidade da educação que será oferecida pela instituição.

É fundamental para a qualidade de ensino, a escola buscar junto com a comunidade, soluções para amenizar os problemas sociais, pois desta forma além de se ter uma gestão democrática, também poderá ser amenizado os problemas ambientais, sem descartar o trabalho em equipe, pois é proveitoso e consegue alcançar melhor os objetivos.

Diante dos objetivos traçados neste trabalho, conclui-se que a prática da AE está sendo construída nesta escola, porém ainda de forma não tão consistente, a qual é constatada, que em parte é por resistência de alguns professores, que mesmo sabendo da importância de se

trabalhar a EA em suas disciplinas, não o faz, e outras por falta de conhecimento e formação continuada dos mesmos.

Portanto, diante dos resultados obtidos na pesquisa constata-se a necessidade de: formação continuada para os professores, mais ações pedagógicas que ultrapassem além dos muros da escola e envolva a sociedade como um todo, mais pesquisas e Leitura por parte dos professores como forma de atualizar-se para está melhor preparado, conscientização de toda sociedade escolar e principalmente o cumprir das responsabilidades por parte do poder público.

Por fim, ressalta-se que todos têm sua parcela de responsabilidade em relação à educação ambiental, não basta somente os professores terem esse compromisso, mas a comunidade escolar, o poder público e a sociedade civil precisam se conscientizar da necessidade de preservar o planeta.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Governo do. 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**—lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Brasília: governo do Brasil.

BRASIL. MEC. SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente: saúde.** 3ª ed. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição Federal.** São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL, Secretaria de Educação **Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclo: apresentação dos temas transversais/Secretaria Educação Fundamental. -Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente.** Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CANDAU, Vera Maria. . **A Didática em Questão.** 24ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

CUBA, Marcos Antonio. **Educação ambiental nas escolas.** ECCOM, v. 1. Nº 2. P23 á 31, jul/dez....2010. Disponível em [http://.www.fatear.br/seer/index.php/eccom/%20article/viewfiler/403/259](http://www.fatear.br/seer/index.php/eccom/%20article/viewfiler/403/259). Acesso em 01/03/2016.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 8ª ed. São Paulo: Gaia, 2003.

EDUCAÇÃO, ambiental. **Curso básico à distância: educação e educação ambiental II.** Coordenação-Geral: Ana Lúcia Torres de Aquino Leite e Nana Mininni-Medina. Brasília. MMA, 2001.

ESPÍRITO SANTO, Ariadne Peres do, [etal]. **Fundamentos da educação ambiental. Belém:** ed. UFPA, 2005. (obras completas EDCIMAT; v.22).

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e Prática docente.** 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

IBGE, Pará >> São Sebastião da Boa Vista >> infográficos: **dados gerais do município.** Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=150770>. Acesso em: 20.03.2016.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994 (**Coleção magistério 2º grau.** Série formação do professor).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

PEREIRA, Dulce Maria. **Processo formativo em educação ambiental: escolas sustentáveis e com-vida: tecnologias ambientais**// Dulce Maria Pereira. – 2. Ed. – Ouro Preto, 2015.

Programa Nacional de Educação Ambiental - **ProNEA / Ministério do Meio Ambiente**, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.

REIGOTA, Marcos. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REIGOTA, Marcos **o que é educação ambiental**/Marcos Reigota - São Paulo: brasiliense, 2004. –(primeiro passos; 292).

RODRIGUES, Angélica Cosenza. **A Educação Ambiental e o Fazer Interdisciplinar na Escola**. Araraquara, São Paulo: Junqueira & Marin, Juiz de Fora, MG: FABEP, 2008.

SANTOS, L. P. **Educação Básica**. Currículo e formação de Professores. In: Presença Pedagógica, vol 3, n. 17. Belo Horizonte, Dimensão. 1997.

SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA. **Projeto Político Pedagógico** da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José de Anchieta. São Sebastião da Boa Vista: Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José de Anchieta, 2016.

SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA. **Secretária Municipal de Educação**. Departamento do Censo Escolar. São Sebastião da Boa Vista 2016.

VIOLA, Eduardo J. **O movimento ecológico no Brasil: do ambientalismo à eco política**. Florianópolis, Santa Catarina: Abril, 1987.

[Voltar ao Sumário](#)

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
PROCESSO FORMATIVO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESCOLAS SUSTENTÁVEIS COM ÊNFASE EM COM-VIDA



QUESTIONÁRIO

1. A Educação Ambiental esta inserida no PPP da Escola?
Sim (.....) Não (....)

2. Você trabalha a Educação Ambiental em suas atividades pedagógicas?
Sim (.....) Não (....)

3. De que forma estão sendo trabalhadas propostas de educação ambiental durante o planejamento de ensino anual da escola Padre José de Anchieta?
 - a) (.....) Palestras de conscientização sobre temas relevantes ao meio ambiente.
 - b) (.....) através de projetos direcionados a datas relevantes aos temas envolvendo o meio ambiente.
 - c) (.....) Acompanhamento do corpo técnico com os docentes para desenvolvimento de atividades interdisciplinares do tema meio ambiente-
 - d) (.....) Nas atividades pedagógicas não tendo continuidade.

4. você considera importante trabalhar a educação ambiental em suas atividades pedagógicas?
Sim (.....) Não (....)

5. Sente-se preparada (o) para trabalhar a Educação Ambiental na realização de suas práticas pedagógicas?
Sim (.....) Não (....)

ISBN 978-85-9535-088-5



editoraitacaiunas.com.br

*Ir para a
capa*